



Ignorância do outro e ignorância de si: sobre a falta de historicidade e rigor acadêmico da concepção hegemônica da história da filosofia

Ignorance of the other and self-ignorance: On the lack of historicity and academic rigor in the hegemonic conception of the history of philosophy

Lucas Nascimento Machado¹

Resumo: Em nosso artigo, buscamos mostrar como a concepção hegemônica da filosofia e de sua história, a saber, aquela segundo a qual a filosofia só teria surgido na Grécia e seria exclusivamente ocidental, é baseada, fundamentalmente, em duas ignorâncias: uma ignorância do outro e uma ignorância de si. Em relação à ignorância do outro, buscamos mostrar como aqueles que defendem a concepção hegemônica de filosofia não se baseiam em nenhum estudo acadêmico rigoroso de tradições não-ocidentais, fazendo afirmações sobre a diferença delas em relação à “filosofia ocidental” que são ancoradas em uma compreensão de senso comum sobre elas e em uma leitura inexistente ou extremamente superficial da produção intelectual dessas culturas. Em relação à ignorância sobre si mesmo, buscamos mostrar como aqueles que defendem a concepção hegemônica da filosofia e de sua história tratam essa concepção como uma espécie de “verdade eterna” sobre a filosofia, ignorando que essa concepção surge e se consolida em um momento histórico bastante preciso e recente, de modo que não retrata fielmente como a própria filosofia “ocidental” compreendeu e concebeu a si mesma e à filosofia ao longo da história. Assim, buscamos mostrar que as principais razões para a concepção hegemônica da filosofia ter se consolidado são de ordem ideológica, e não em razão de algum suposto rigor histórico que ela demonstraria, já que, muito pelo contrário, tal rigor lhe falta inteiramente. Desse modo, esperamos estabelecer que faz-se urgente a necessidade de conduzir o debate sobre a filosofia e sua história de modo academicamente sério e rigoroso, não apoiado em percepções imprecisas e de senso comum sobre tradições não-ocidentais, assim como sobre a própria tradição filosófica “ocidental”.

Palavras-chave: Filosofia, História da Filosofia, Ignorância de Si, Ignorância do Outro, Rigor Acadêmico

Abstract: In our article, we seek to show how the hegemonic conception of philosophy and its history, namely that according to which philosophy only arose in Greece and is exclusively Western, is fundamentally based on two ignorances: an

1 Pós-doutorando em filosofia pela Universidade de Verona. Doutor, mestre e licenciado em filosofia pela Universidade de São Paulo. Foi professor substituto de história da filosofia pela UFRJ e é professor da especialização em filosofia intercultural da UPF. Membro fundador da Associação Latino-Americana de Filosofia Intercultural (ALAFI).

ignorance of the other and a self-ignorance. In relation to ignorance of the other, we seek to show how those who defend the hegemonic conception of philosophy are not based on any rigorous academic study of non-Western traditions, making claims about their difference from “Western philosophy” that are anchored in a common sense understanding of them and in a non-existent or extremely superficial reading of the intellectual production of these cultures. In relation to ignorance about oneself, we seek to show how those who defend the hegemonic conception of philosophy and its history treat this conception as a kind of “eternal truth” about philosophy, ignoring the fact that this conception arose and consolidated itself at a very precise and recent historical moment, so that it does not faithfully portray how “Western” philosophy itself has understood and conceived of itself and of philosophy throughout history. Thus, we seek to show that the main reasons why the hegemonic conception of philosophy has been consolidated are ideological, and not because of some supposed historical rigor that it would demonstrate, since, on the contrary, such rigor is entirely lacking. In this way, we hope to establish that there is an urgent need to conduct the debate on philosophy and its history in an academically serious and rigorous manner, not based on inaccurate and common-sense perceptions of non-Western traditions, as well as the “Western” philosophical tradition itself.

Keywords: Philosophy, History of Philosophy, Self-Ignorance, Ignorance of the Other, Academic Rigor

Aqueles de nós que são formados em filosofia, e até mesmo aqueles que não são, mas que tiveram aulas de filosofia na escola, estão bastante acostumados com uma certa narrativa sobre a filosofia e a sua origem: segundo essa narrativa, a filosofia teria surgido na Grécia, tendo como primeiro filósofo Tales de Mileto, um dos grandes sete sábios, e teria se caracterizado como uma nova forma de pensamento, que se distinguia e se afastava do mito e da imaginação para priorizar o pensamento racional. Mais do que isso, estamos habituados à ideia de que essa forma de pensamento seria especificamente ocidental, já que o surgimento dele dependeria das condições históricas específicas à Grécia que não estariam presentes em outros povos e culturas. Desse modo, a filosofia, enquanto atividade humana e forma de pensamento, seria específica à cultura ocidental, que haveria herdado da cultura grega e romana. Assim, enquanto, no Ocidente, o desenvolvimento do pensamento filosófico teria levado a uma visão do mundo que enfatiza a razão, a ciência e o progresso, em outras culturas, que não teriam participado desse desenvolvimento, a religião e o mito ainda seriam a principal base da visão de mundo e do conhecimento deste que essas culturas teriam produzido.

Essa visão da história da filosofia, embora, certamente, aqui, delineada em linhas bastante gerais, encontra-se impressionantemente enraizada na perspectiva que não apenas pessoas fora da academia, mas, não menos do que eles, acadêmicos e pesquisadores de filosofia adotam sobre ela e sobre sua história. De fato, tamanha é sua tração, que ela é tratada como uma espécie de “consenso acadêmico” sobre o tema, ou seja, como uma conclusão a que se chegou por meio do estudo acadêmica

e cientificamente sério da filosofia, das suas características, da sua história e das suas condições de possibilidade. É por isso que não faltam autores que, ao afirmarem que a filosofia surgiu na Grécia, insistem em repetir o quanto numerosos estudiosos e pesquisadores teriam confirmado essa tese – ao mesmo tempo em que ironicamente, falham em citar ao menos um desses tão renomados estudiosos. Essa segurança sobre a origem da filosofia na Grécia pode ser vista, por exemplo, nas palavras de Cordero, que julga que “pode-se afirmar, com uma certeza absoluta, *onde* [a filosofia começou e, com diminuta margem de erro, *quando*” (Cordero, 2011, p. 13). De fato, segundo Cordero:

A filosofia é um caso especial se comparada com outras atividades (formas de conhecimento, técnicas, artes, disciplinas): em seu caso, pode-se estabelecer sua certidão de nascimento. [...] Com efeito, nunca saberemos quando foram “inventadas” a música, a poesia, a dança, a escultura, e menos ainda se saberá no interior de qual cultura ou de que civilização surgiram. [...] No caso da filosofia, ao contrário, há testemunhos de quem foram os que primeiros exerceram tal atividade, ainda que a palavra para designá-los tenha surgido algum tempo depois disso. Sabe-se que esse fenômeno deu-se em cidades pertencentes à civilização grega, e os primeiros nomes próprios recolhidos já por autores da Antiguidade permitiram deduzir datas bastante precisas (Cordero, 2011, p. 15).

Com efeito, parece ser a segurança acerca desse suposto consenso acadêmico que faz com que, por parte da maior parte dos estudiosos em filosofia, não haja interesse de estudar mais a fundo a origem desse consenso e os argumentos a seu favor, de modo que se aceita, em geral, essa tese sobre a origem da filosofia, não como resultado de um estudo especializado sobre o tema, mas sim como uma espécie de “senso comum acadêmico” que seria, por si mesmo, evidente. Mais do que isso: assume-se que adotar qualquer outra postura sobre a origem da filosofia e sobre o uso do termo “filosofia” para se referir a tradições não-ocidentais demonstraria uma suposta falta de rigor acadêmico e filosófico, uma vez que fazê-lo implicaria ignorar a especificidade da tradição filosófica ocidental, de sua história e de seu desenvolvimento, assim como a sua ligação específica com a história e a cultura ocidentais. Segundo essa perspectiva, seria possível até mesmo dizer que a crença na existência de filosofias não-ocidentais não demonstraria senão uma falta de estudo e de conhecimento aprofundado da filosofia, sem o qual não se seria capaz de reconhecer a especificidade dessa forma de pensamento e sua ligação à cultura e contexto histórico grego. Em outras palavras, quem acha que há filosofia não-ocidental não conheceria a fundo o bastante a filosofia e sua história para reconhecer o quanto essa forma de pensamento é distinta da que se fez presente e se desenvolveu em culturas não-ocidentais.

Em geral, no dia a dia, tais perspectivas sobre a filosofia e sobre a sua origem não são expressas de modo que fiquem registradas, e tendem a circular em conversas

de corredor, discussões pontuais entre colegas e amigos e trocas momentâneas sobre o tema, de modo que tal visão, ainda que em larga medida hegemônica e presente onde quer que se estude filosofia, torna-se difícil de ser diretamente criticada e problematizada em suas suposições. Nesse sentido, é de grande valia que, em seu artigo, *A especificidade da filosofia ocidental europeia diante da filosofia oriental ou africana*, Werle (2021) tenha se disposto a defender explicitamente essa perspectiva sobre a história da filosofia, propondo um diálogo aberto sobre o tema. Digo que isso é importante porque já é mais do que chegada a hora em que se possa explicitar e discutir abertamente a compreensão que temos da filosofia e de sua história, não mais tratando tal tema como uma espécie de tabu ou, ao menos, como algo tão autoevidente que não precisaria mais ser revisitado. Tal como nos lembra Renato Nogueira,

Afinal, se a filosofia pode ser, em linhas muito gerais, tomada por sua capacidade crítica de buscar a justificação num franco exercício de desbanalização das certezas defendidas inadequadamente ou sem “fundamento”, por que razões a filosofia deixaria de problematizar e desnaturalizar sua filiação e sua certidão de nascimento? Por que deveria existir um tema tabu para a filosofia? (Nogueira, 2014, p. 52).

Também as palavras de Hegel não deixam de ecoar aqui: “O bem-conhecido, em geral, justamente por ser *bem-conhecido*, não é *reconhecido*” (Hegel, 2003, p. 43). E, talvez aquilo que parece, a princípio, ser autoevidente seja, justamente, aquilo que não se sustenta, precisamente por se mostrar, em um exame mais cuidadoso, carente de fundamentação. Nesse sentido, e aproveitando a oportunidade que o artigo enseja de discutir abertamente nossa compreensão sobre o que é a filosofia e a sua história, em meu artigo, gostaria de argumentar que falta à perspectiva hegemônica da filosofia e de sua história (ou seja, a perspectiva segundo a qual a filosofia tem origem exclusivamente grega), da qual o artigo de Werle fornece um exemplo paradigmático, tanto historicidade quanto rigor acadêmico, ou seja, precisamente aquilo que ela atribui, ao contrário, à perspectiva que sustenta a existência de filosofias não-ocidentais. Além disso, pretendo propor que precisamente o reconhecimento da filosofia “ocidental” como uma tradição que se transforma ao longo do tempo por meio da sua história deveria levar-nos à conclusão de que também a concepção que essa tradição tem do que é filosofia e de quem realiza ou realizou essa atividade está sujeita à constante transformação. Por isso, querer se aferrar a uma determinada concepção da história da filosofia, particularmente, aqui, de sua história como sendo de origem exclusivamente grega, concepção que se desenvolveu e se consolidou em um contexto histórico específico, equivale a uma atitude estanque, que, antes de dar continuidade à tradição por meio da sua renovação, permanece preso a uma compreensão datada da mesma.

A ignorância sobre as outras tradições: o problema da “comparação de um termo só” e sua falta de rigor acadêmico

Em primeiro lugar, gostaria de criticar aquilo que chamo, aqui, de uma “comparação de um termo só” que me parece ser constitutiva da visão hegemônica da história da filosofia. Deixemos de lado, por um momento, que compreensão ou compreensões essa visão tem do que seja a filosofia; qualquer que seja o modo de defini-la, aqueles que defendem que a filosofia surge apenas na Grécia tendem a operar de modo semelhante: após dizerem que a filosofia é “x” ou “y”, afirmam que tal forma de pensamento ou atividade teria surgido apenas na Grécia, e não em outras culturas. É isso, por exemplo, que faz Chauí em seu *Convite à Filosofia*, ao afirmar que

Dizer que a filosofia é tipicamente grega, ou um fato grego, não significa, evidentemente, que outros povos tão antigos quanto os gregos ou mais antigos do que eles, como os chineses, os hindus, os japoneses, os árabes, os persas, os hebreus, os africanos ou os índios da América não possuam sabedoria, pois possuíam e possuem. Também não quer dizer que todos esses povos não tivessem desenvolvido o pensamento e formas de conhecimento da natureza e dos seres humanos, pois desenvolveram e desenvolvem.

Quando se diz que a filosofia é um fato grego, o que se quer dizer é que ela possui certas características, apresenta certas formas de pensar e de exprimir os pensamentos, estabelece certas concepções sobre o que sejam a realidade, a razão, a linguagem, a ação, as técnicas, completamente diferente das de outros povos e outras culturas (Chauí, 2000, p. 20).

O problema, porém, é que via de regra, não se mostra aqui, nenhum conhecimento sobre o que foi produzido, de um ponto de vista intelectual, em outras tradições, ou, na melhor das hipóteses, se mostra apenas um conhecimento extremamente superficial, considerando-se que tal conhecimento bastaria para provar que não surgiu a mesma forma de pensamento em outra cultura. Assim, por exemplo, Chauí, em seu *Convite à Filosofia*, na edição de 2000, pretende explicar a diferença entre a filosofia grega e o pensamento chinês comparando os princípios supostamente abstratos da filosofia pré-socrática aos princípios supostamente concretos do “pensamento chinês”, o yin e o yang, traduzidos como o feminino e o masculino. A partir dessa compreensão do yin yang como fundamento do pensamento chinês, Chauí conclui:

Qual a diferença entre o pensamento chinês e o do filósofo grego? O pensamento chinês toma duas características (masculino e feminino) existentes em alguns seres (os animais e os humanos) e considera que o Universo inteiro é feito da oposição entre qualidades atribuídas a dois sexos diferentes, de sorte que o mundo é organizado pelo princípio da sexualidade animal ou humana. O pensamento de Pitágoras apanha a Natureza numa generalidade muito mais ampla do que a sexualidade própria a alguns seres da Natureza, e faz distinção entre as qualidades sensoriais que nos aparecem e a estrutura invisível da Natureza, que, para ele, é de tipo matemático e alcançada apenas pelo intelecto, ou inteligência.

São diferenças desse tipo, além de muitas outras, que nos levam a dizer que existe uma sabedoria chinesa, uma sabedoria hindu, uma sabedoria dos índios, mas não há filosofia chinesa, filosofia hindu ou filosofia indígena (Chauí, 2000, p. 20).²

Ora, achar que, para conhecer o pensamento de uma determinada cultura, basta conhecer, nos termos mais gerais possíveis e segundo a compreensão do senso comum, uma ideia ou um princípio que teve origem na cultura chinesa, é de uma falta de rigor acadêmico patente, que torna até difícil enumerar todas as maneiras com que essa comparação é insustentável: reduzindo o pensamento chinês apenas a um certo conjunto de ideias (como se nisso se encerrasse tudo de mais importante que se pensou e se desenvolveu na cultura chinesa ao longo de seus milênios de história); interpretando essas ideias de modo completamente superficial e descontextualizado (e ignorando que diferentes escolas de pensamento chinês têm interpretações bastante distintas desses conceitos e atribuem a eles lugares bastante diferentes em suas próprias filosofias); ignorando como a própria compreensão delas se desenvolveu e se sofisticou filosoficamente ao longo de séculos (Cf. Wang, 2024)³ (e ignorando que, tal como na filosofia grega, ideias e conceitos presentes na cultura grega que poderiam ter uma interpretação mais “literal” ou “concreta” inicialmente passam por processos de abstração), e assim por diante. É de deixar perplexo como naturalizamos, em nossa compreensão da história da filosofia, uma ignorância sobre outras culturas a partir da qual, ao mesmo tempo, sentimo-nos confortáveis para dizer o que elas produziram ou deixaram de produzir, como se bastasse um conhecimento cursório, inteiramente ancorado no senso comum ocidental dessas culturas, para saber o que elas pensaram e produziram de fato.

Um problema semelhante se mostra na perspectiva de Werle sobre o tema segundo o qual

No horizonte da história, a filosofia surge então como uma prática de crítica interna radical, marcada por uma tradição de afirmações e negações de posições que se impuseram ao longo dos séculos. O conceito de filosofia é determinado por esse processo e não por uma ideia ou posição particular de uma determinada filosofia sobre o que é a filosofia, muito embora cada uma das filosofias contribua, em sua particularidade, com uma nova definição para a consolidação e revigoramento do processo como um todo. O universal e o particular se complementam (Werle 2021, p. 138).

Aqui, a pergunta que deve ser feita é: o que leva Werle a supor que, em outras culturas, não surgiu essa “prática de crítica interna radical, marcada por

2 Em edições posteriores, Chauí retirou esse argumento sobre o Yin e o Yang, provavelmente por reconhecer a sua fragilidade. Entretanto, ele não foi substituído por nenhum outro argumento, nem qualquer reflexão que mostrasse qualquer conhecimento mais aprofundado da cultura chinesa ou de outras culturas não-ocidentais, mas foi, simplesmente, omitido, enquanto o restante do texto, que afirma a especificidade da filosofia enquanto produto da cultura grega, permaneceu inalterado.

3 Para uma introdução geral à história da filosofia chinesa clássica, cf. Van Norden (2018).

uma tradição de afirmações e negações que se impuseram ao longo dos séculos”? Werle praticamente não cita nenhuma obra intelectual de tradições não-europeias e, quando cita, mencionando a obra de Nāgārjuna traduzida por Ferraro, *Versos fundamentais do caminho do meio*, o faz de maneira extremamente superficial, não chegando nem sequer a entrar no primeiro capítulo, mas limitando-se, de modo chocante, apenas aos versos de dedicação do livro, como se, com base em uma leitura completamente superficial e descontextualizada deles, fosse possível deduzir algo sobre o conteúdo *da obra inteira* e concluir, assim, que a obra não é de teor filosófico. Por alguma razão, quando se trata de interpretar textos de outras tradições, princípios hermenêuticos que são sem dúvida muito bem conhecidos e aplicados por Werle e por outros no estudo das tradições ocidentais são completamente deixados de lado: pensa-se poder inferir o sentido de uma dedicatória e de uma obra inteira sem entender o contexto em que ela foi produzida, a função que ela desempenha e o sentido que ela tem no interior desse contexto – algo que, como o artigo de Ferraro desta edição mostra (2025), conduz a uma leitura completamente equivocada. Nesse processo, então, a comparação de Werle da tradição filosófica ocidental com tradições não-ocidentais também se mostra como uma comparação de um termo só ou como uma comparação unilateral, ou seja, em que se tem um vasto conhecimento apenas de uma das tradições discutidas, e um conhecimento extremamente superficial, proveniente do senso comum ou de leituras extremamente rasas, da outra tradição.

É isso, precisamente, que faz Werle desconhecer, como mostram os artigos de Bueno, Ferraro e de Monteiro desta edição, que nas culturas chinesa e indiana desenvolveu-se, sim, tradições intelectuais formadas com base em um processo de crítica interna radical, de afirmação e de negação de posições que se desenvolveram ao longo de séculos⁴. Werle ignora, inclusive, como, na própria filosofia indiana, e muito antes da história da filosofia de Hegel, surgiram diversas categorizações diferentes correntes da filosofia indiana e de seu encadeamento sistemático, em que aqueles que faziam tais categorizações buscavam mostrar como haveria uma hierarquia e um desenvolvimento das escolas na qual, ao mesmo tempo, se reconhecia a contribuição de cada uma delas e se advogava que a própria escola do autor era a que se encontrava no topo dessa sistematização⁵. Assim, a própria citação de Werle demonstra que sua compreensão sobre o tema, como a de Chauí, parte de uma visão do senso comum ocidental sobre essas tradições, de modo que crê que, quando se defende a existência de filosofia nelas, se o faz do ponto

4 Ganeri chega inclusive, a dividir a história da filosofia indiana em três períodos distintos, de modo que fica claro como o desenvolvimento da tradição filosófica indiana se deu por meio de um intenso movimento de debate e de críticas internas, sobretudo na “Era do Sutra” e na “Era do Diálogo”. Cf. Ganeri (2017).

5 De fato, essas leituras contribuíram de forma decisiva até hoje para a classificação típica que se faz das suas diferentes correntes filosóficas, os *darśanas*. A esse respeito, cf. por exemplo Nicholson (2014).

de vista de quem pensa que a filosofia é uma “mera coleção de opiniões isoladas ou com simples teses sobre o mundo, a vida, a natureza, a sociedade, a ética, etc.” (Werle, 2021, p. 138).

Com efeito, embora, a fim de manter a consistência de meu argumento, não possa afirmar a completa inexistência de textos desse tipo (uma vez que isso implicaria um estudo exaustivo e, em última instância, impraticável), ainda assim, até o presente momento, não me deparei com nenhum texto sobre a história da filosofia que defenda a tese de sua origem exclusivamente grega e, ao mesmo tempo, demonstre um conhecimento minimamente embasado das tradições intelectuais de outras culturas, de modo que torne possível uma comparação equilibrada e justa a partir da qual se possa desenvolver conclusões acerca desse tema. E isso não obstante o fato de que, hoje, *abundam* estudos feitos por pesquisadores dessas tradições intelectuais que poderiam servir de base para se aproximar dessas tradições e poder formular opiniões fundamentadas acerca delas. No entanto, não se observa nem sequer uma leitura cursória de textos sobre o tema por parte daqueles que defendem a origem grega da filosofia, nem mesmo de textos facilmente acessíveis, como alguns dos verbetes da Enciclopedia de Stanford de Filosofia⁶.

E eis aqui o cerne do problema da comparação de um termo só: é esse desconhecimento que leva também a não reconhecer que, *para cada definição de filosofia que se oferece, e que se busca mostrar como prova de sua origem exclusivamente grega, é possível apresentar alguma tradição não-ocidental que satisfaz essa definição*. Se se define a filosofia como pensamento racional baseado em argumentação, pode-se encontrar isso com facilidade nas mais diversas tradições não-ocidentais, como a chinesa e a indiana⁷; se se define a filosofia ao modo de Werle, como uma tradição constituída pela crítica interna que se desenvolve ao longo de séculos, também é possível encontrar isso nessas tradições (Nicholson, 2014; Ganeri, 2017); e, por fim, mesmo que se quisesse definir a filosofia como uma forma de pensamento racional completamente desvinculada de finalidades religiosas ou espirituais (algo que o próprio Werle não faz, ao reconhecer a filosofia cristã como filosofia), poder-se-ia oferecer, no mínimo, o exemplo da escola Cārvāka ou Lokāyata na filosofia indiana (Cf. Chattopadhyaya, 1959), ou de filósofos como Xunzi na tradição chinesa, que pode ser entendido como adotando uma espécie de naturalismo epistemológico (Cf. Costa, 2023). A questão é que, *precisamente porque desconhecem as outras tradições, aqueles que defendem que a filosofia surge apenas na Grécia na verdade não podem senão supor o que a faria diferente de outras tradições, e ignoram que tudo aquilo que são*

6 Alguns desses verbetes, inclusive, foram traduzidos para o português, mais especificamente verbetes sobre a filosofia chinesa: Cf. Costa (2022); Bueno; Cabral (2023); Bueno, Menezes Jr.; Cruz (2023) e Monteiro (2023). Para verbetes sobre filosofia indiana, cf. Philips; Vaidya (2024); Brendan (2024) e Chartterjee (2021).

7 A esse respeito, cf., por exemplo, Arnau (2008), sobre argumentação e lógica na filosofia indiana, e Willman (2022), sobre lógica e argumentação na filosofia chinesa.

*levados a crer normalmente que distinguiria a filosofia grega de outras tradições pode ser encontrado também nelas.*⁸

É notável, aqui, como, nesse procedimento da “comparação de um termo só”, adota-se um comportamento análogo ao da figura da consciência da certeza sensível da *Fenomenologia do espírito* (Hegel, 2003, I). Isso porque, assim como a certeza sensível perde seu objeto, o aqui e o agora, no instante em que tem de enunciar-lo, também aqueles que defendem que filosofia é exclusivamente grega e se distingue essencialmente de outras tradições perdem o seu objeto no instante em que tentam anunciar em que consiste a sua especificidade. E, assim como a certeza sensível acredita estar em posse do conhecimento mais concreto de seu objeto, mas detém, na verdade, o conhecimento mais abstrato e indeterminado do mesmo, também aqueles que operam com a “comparação de um termo só” acreditam que sua afirmação sobre a exclusividade grega da filosofia se sustenta no conhecimento mais concreto a respeito da diferença entre as tradições, quando, na verdade, trata-se do conhecimento mais abstrato, porque toma como uma verdade absoluta sobre essas tradições a impressão *imediate* que se tem sobre sua diferença com base no senso comum, ignorando que essa imediatez, antes de fornecer um conhecimento adequado do objeto, é, precisamente, aquilo que nos impede de conhecermos suas determinações mais ricas e profundas, ou, em uma palavra, *concretas*.

É importante notar, aqui, que, ao criticar a falta de rigor acadêmico daqueles que defendem a origem grega da história da filosofia, não estou colocando em questão a sua seriedade como pesquisadores e estudiosos *dentro de sua área de especialidade*. Muito pelo contrário, não faltam exemplos de obras e trabalhos exemplares feitos por esses pesquisadores em suas próprias áreas. Antes, indico como falta rigor acadêmico não ao lidar com as suas especialidades, mas, sim, no momento em que, para defender a origem grega da filosofia, *baseiam-se em afirmações sobre outras tradições para as quais faltam qualquer rigor acadêmico*, tratando esse tema com uma falta de rigor que *já jamais lhes faltaria em sua própria área de especialidade*. E, em certo sentido, é justamente isso que causa mais perplexidade: *como é possível que vejamos sistematicamente pesquisadores que demonstram rigor acadêmico exemplar em suas áreas de especialidade não demonstrarem o mesmo rigor ao tratar do tema da origem da filosofia e de afirmações sobre outras tradições que eles não estudaram?*

Acredito que uma pista sobre esse tema pode ser apresentada com base no segundo tipo de ignorância que gostaria de apresentar nesse texto e que, a meu ver, se encontra na base da perspectiva segundo a qual a filosofia seria exclusividade da cultura ocidental. Trata-se aqui, justamente, da ignorância não em relação às

8 Com efeito, é isso que acontece também no *Convite à filosofia* de Chauí, onde define a filosofia como “fundamentação crítica e teórica dos conhecimentos e das práticas” (Chauí, 2000, Introdução), ignorando a vasta produção intelectual em outras tradições, como a chinesa e a indiana, que, como já indicamos, têm uma longa tradução de “fundamentação crítica e teórica dos conhecimentos e das práticas”.

outras tradições, às tradições “não-ocidentais”, mas, antes, da ignorância em relação à *própria tradição ocidental*, fruto de uma perspectiva ahistórica sobre o modo com que viemos a compreender essa tradição e a sua história nos dias de hoje.

A ignorância de si: a ahistoricidade da concepção hegemônica da história da filosofia ocidental

Em seu artigo, Werle afirma que

Filosofia, tal como foi compreendida essa prática por boa parte dos filósofos, desde a Grécia até o século XX, é sobretudo a história da filosofia e não se confunde com uma mera coleção de opiniões isoladas ou com simples teses sobre o mundo, a vida, a natureza, a sociedade, a ética, etc. [...] No horizonte da história, a filosofia surge então como uma prática de crítica interna radical, marcada por uma tradição de afirmações e negações de posições que se impuseram ao longo dos séculos (Werle 2021, p. 138).

Ora, tal afirmação já denuncia um outro tipo de ignorância por trás da concepção hegemônica da filosofia e de sua história: uma ignorância, não do outro ou das outras tradições não-ocidentais, mas sim *da própria tradição ocidental* e de sua história, uma vez que se demonstra um desconhecimento do contexto histórico que levou à autocompreensão ocidental e à concepção de filosofia que predominam hoje. Para Werle, a sua compreensão da história da filosofia é uma espécie de “verdade atemporal” sobre como se compreender o que é a filosofia e sua história, que teria sido sempre compartilhada por todos ou, pelo menos, pela maior parte daqueles que se inseriram na tradição filosófica ocidental, de modo que teria levado sempre, dentro dessa autocompreensão da tradição filosófica ocidental, ao reconhecimento da sua especificidade e exclusividade. Isso, porém, é patentemente falso: hoje, não faltam estudos que mostram como, antes do fim do séc. XVIII e início do séc. XIX, predominava uma concepção da história da filosofia segundo a qual ela não seria exclusivamente grega, e os livros de história de filosofia até então tipicamente incluíam outras tradições que não as de origem grega em seu conteúdo – atribuindo, muito pelo contrário, a origem da filosofia ao Oriente (Park, 2013).⁹ Inclusive, entre os alemães, por exemplo, como mostra Florentino em seu artigo desta edição, houve, de início, uma recepção extremamente positiva de filosofias não-ocidentais como a chinesa, e um reconhecimento do seu valor filosófico. Mais do que isso, entre os próprios gregos, sobretudo no período helenista, predominava a visão de que a filosofia teria surgido antes da Grécia, e que outras culturas distintas da grega também teriam produzido filosofia. Isso, ademais, é atestado pelo próprio Diógenes Laércio, apesar dele mesmo discordar dessa compreensão da filosofia, e, de certa forma, poder ser visto como um dos precursores da concepção da filosofia como sendo exclusivamente grega que, porém, só se consolidaria e se tornaria predominante muitos séculos depois. Assim, vemo-lo dizer:

⁹ Introdução e Cap. 4.

Segundo alguns autores o estudo da filosofia começou entre os bárbaros. Esses autores sustentam que os persas tiveram seus Magos, os babilônios ou assírios seus Caldeus, e os indianos seus Ginosofistas; além disso entre os celtas e gálatas encontram-se os chamados Druidas ou Veneráveis, de acordo com o testemunho de Aristóteles em sua obra *O Mágico* e de Sotion no Livro XXIII de sua obra *Sucessões dos Filósofos*. As mesmas autoridades dizem que Mocós era fenício, Zâmolxis era trácio e Atlas era líbio (Diógenes de Laércio, 2008, p. 13).

Note-se que, aqui, não está em jogo se as razões para os gregos acreditarem que a filosofia surgiu antes deles próprios eram, elas mesmas, historicamente sólidas; o que importa notar é que a autocompreensão da filosofia ocidental como sendo a única existente não é uma espécie de verdade eterna incontestável sobre o que é a filosofia e a sua história, mas é, ela mesma, tanto quanto a concepção dos gregos que acreditavam que a filosofia teria surgido antes deles, fruto de um contexto histórico específico e, por isso, passível de questionamento e, mais do que isso, de transformação.

Para além disso, Werle ignora que a própria concepção de história da filosofia como algo que não pode ser abordado como uma “coleção de opiniões”, muito antes de retratar uma característica perene da compreensão dos filósofos sobre a história da filosofia, representa um movimento crítico, por parte de historiadores da filosofia kantianos como Reinhold, Tennemann e Tiedemann, e de filósofos como Hegel, em relação ao que era o estilo de escrita anteriormente predominante na história da filosofia, onde se apresentava uma mistura de exposição das ideias de diferentes figuras da história da filosofia com descrições biográficas a seu respeito (muito mais próximo, vale notar, do estilo do próprio Diógenes de Laércio). Aqui, não se trata de questionar os méritos e deméritos de uma ou outra concepção da história da filosofia, quer como “coleção de opiniões”, quer segundo a concepção de Werle. O que importa é mostrar que, ao falar que sua concepção de filosofia e da sua história seria uma concepção que *perpassaria toda a história da filosofia, da Grécia até hoje, e que teria sido sempre a perspectiva prevalecente*, demonstra um patente desconhecimento sobre como se desenvolveu autocompreensão dos filósofos “ocidentais”, da Grécia até os dias de hoje. De fato, é surpreendente a ingenuidade que não apenas Werle, mas em geral aqueles que adotam a concepção hegemônica de filosofia mostram, ao crer que, ao longo de séculos e mais séculos de desenvolvimento histórico, essa autocompreensão tivesse permanecido a mesma e não tivesse passado por transformações profundas, e mesmo completas inversões (como, de fato, foi o caso).

Vê-se, assim, ao mesmo tempo, um desconhecimento não apenas da autocompreensão da tradição filosófica “ocidental” ao longo do tempo, mas também um desconhecimento *das origens históricas da própria concepção hegemônica da história da filosofia*. Ignora-se, aqui, como essa concepção só começou a ganhar força a partir do fim do séc. XVIII e no séc. XIX, como resultado do trabalho de historiadores da

filosofia kantianos como, entre outros, Tennemann e Tiedemann,¹⁰ se consolidando, por fim, por meio, precisamente, da história da filosofia de Hegel (Cf. Davis Boss, 2025), e do papel que ele e outros tiveram na institucionalização dessa visão da história da filosofia nas universidades alemãs, no contexto de sua reforma institucional (Cf. Rabossi, 2009). Ignora-se, assim, portanto, que o fato dessa visão sobre a história da filosofia ser aquela que predomina nos dias de hoje não se deve ao fato dela ter sido a visão que sempre prevaleceu e permaneceu ao longo de toda a história da filosofia, mas sim a uma sucessão de acontecimentos históricos (ademaís, bastante recentes) que levaram à sua institucionalização e, por meio dela, à sua disseminação em larga escala para a maior parte das instituições de ensino superior no Ocidente. De fato, esses autores do fim do séc. XVIII e do início do século XIX contribuíram decisivamente para que se institucionalizasse e se disseminasse de forma hegemônica a compreensão da filosofia segundo a qual ela é: 1) uma tradição de origem exclusivamente grega, que 2) desenvolveu-se de forma contínua e ininterrupta até os dias de hoje e 3) teria permanecido “pura”, no sentido de ter contato apenas com contribuições menores ou mínimas de tradições não-ocidentais. Essa, com efeito, nada mais é do que a visão expressamente defendida por Werle, quando afirma que

O caráter de tradição, o fato de que a filosofia ocidental europeia constituiu algo como um sistema relativamente fechado e imanente, a meu ver se relaciona com o próprio modo de surgimento da filosofia na Grécia e a dinâmica que a partir disso foi instaurada e desencadeada (Werle, 2021, p. 141).

Certamente, seria possível perguntar: mesmo que admitamos que essa concepção da história da filosofia só surge e se consolida recentemente, não seria possível, ainda assim, que ela fosse a concepção que melhor capta o que de fato foi a filosofia e a sua história, e a mais rigorosa historicamente ao atribuir sua origem exclusivamente à Grécia? Não seria, talvez, justamente pela sua rigorosidade que tal visão teria prevalecido? Tomado de um ponto de vista puramente lógico e abstrato, certamente haveria essa possibilidade. Resta, no entanto, verificarmos quanto o rigor histórico e o conhecimento acadêmico sério tanto da tradição ocidental quanto de outras tradições se encontraria naqueles que advogaram essa visão da filosofia e de sua história. Quando fazemos isso, porém, o prognóstico não é nada favorável.

Consideremos, em primeiro lugar, a primeira característica dessa concepção hegemônica, a saber, sua atribuição da origem da filosofia exclusivamente à Grécia. Tiedemann e Tennemann, para defenderem a origem da filosofia na Grécia, não se ancoram em nenhum conhecimento rigoroso das culturas não-ocidentais por meio do qual teriam atestado a ausência da filosofia nelas, mas, antes, inspirados em Kant e Meiners e suas antropologias raciais, recorrem a argumentos explicitamente racistas sobre a “raça amarela” (Cf. Park, 2013, p. 95), e, tal como acontece com aqueles que

10 Embora, como aponta Eberfeld, tal concepção já tivesse seus precursores no séc. XVII e em uma tentativa de liberar a filosofia e suas origens de influências pagãs. Cf. Eberfeld (2025, p. 95).

defendem atualmente a concepção hegemônica da filosofia, suas afirmações sobre as diferenças entre o pensamento ocidental e o oriental simplesmente não se baseiam em nenhum confronto extensivo com a produção intelectual no Oriente. Com Hegel, as coisas se tornam um pouco mais complexas¹¹: pois, de fato, sobretudo em relação à cultura indiana, Hegel buscou estar sempre atualizado as publicações e dos estudos sobre o tema (Cf. Signoracci, 2017). Isso, ao mesmo tempo, como aqueles que se debruçaram sobre o tema de relação de Hegel com a Índia observam, foi também o que levou Hegel a uma série de oscilações em sua afirmação de que a filosofia só teria surgido na Grécia. Com efeito, em um de seus últimos textos publicados, uma resenha à tradução de Humboldt da Bhagavad-gītā, Hegel chegar a dizer expressamente sobre o sāmkhya (uma tradição filosófica indiana) que ele “mereceria bem o nome de filosofia” (Hegel, 2023, p. 213). A oscilação de Hegel sobre o tema não é em nenhum lugar mais patente do que em uma de suas últimas redações das *Lições sobre a história da filosofia*:

O primeiro é a chamada filosofia oriental. Ela não entra, porém, no corpo e no domínio da nossa exposição; ela é apenas algo de preliminar de que só falamos para dar conta de por que é que nós não nos ocupamos mais amplamente dela e de qual é a relação em que ela está com o pensamento, com a verdadeira filosofia.

Ao falarmos da filosofia oriental, *devemos falar de filosofia* [grifos nossos]; mas a este respeito, há que fazer notar que aquilo que nós chamamos de filosofia oriental é muito mais o modo de representação religioso dos orientais, em geral – uma mundividência religiosa que está *muito próxima de ser tomada por filosofia* [grifos nossos].

Nós distinguimos a configuração em que o verdadeiro recebe a forma da religião e a forma que pelo pensamento ele recebe na filosofia. A filosofia oriental é filosofia religiosa; e há que indicar o fundamento por que está a representação oriental da religião está próxima de ser considerada também como filosofia (Hegel, 1995, p. 177).

Se a filosofia oriental não é realmente filosofia, por que, afinal, ela deveria ser chamada de filosofia? Para além disso, ao mesmo tempo em que Hegel afirma que as filosofias orientais seriam, antes, representações religiosas, ao discutir a filosofia indiana em particular em suas *Lições*, Hegel analisa, ironicamente, apenas *conceitos* provenientes dessas escolas de pensamento (Cf. Hegel, 1995, p. 177-195). Em todo o caso, independentemente da posição de Hegel sobre o tema, e mesmo que tenha, por fim, optado pela exclusão de fato da filosofia oriental da verdadeira filosofia, o seu contato com as fontes disponíveis à época, que eram comparativamente extremamente escassas em relação aos dias de hoje, já foi o suficiente para matizar significativamente a sua opinião sobre o tema (Cf. Davis, 2025, p. 47-50).

Diante disso, seria possível imaginar que, se a visão hegemônica da história da filosofia prevalece até os dias de hoje, isso se deveria ao fato de que mesmo o

11 Para uma coletânea de estudos sobre a relação entre Hegel e Índia, cf. Machado (org.) (2023).

contato com mais fontes sobre tradições não-ocidentais não teria fornecido base o bastante para sustentar rigorosamente a existência da filosofia em outras tradições. No entanto, para que haja o contato com mais fontes, não basta que elas estejam disponíveis; é preciso que aqueles que defendem a visão hegemônica as estudem a sério. E, nesse aspecto, muito antes das coisas terem melhorado em relação ao tempo de Hegel, elas pareceram, como nota Signoracci (2017),¹² piorar significativamente, uma vez que a maior parte daqueles que defendem a visão hegemônica da história da filosofia estudaram menos as produções de outras culturas e os trabalhos acadêmicos sobre essas produções do que o próprio Hegel. Nada parece apontar, aqui, que a crença atual na primeira característica da concepção hegemônica da história da filosofia – a sua atribuição da origem da filosofia exclusivamente à Grécia – resulte de um estudo mais cuidadoso e pormenorizado não apenas das tradições gregas e ocidentais, mas também das não-ocidentais; muito pelo contrário, ela parece se dever, antes, à reprodução irrefletida das teses acerca da história da filosofia que foram, por razões históricas, institucionalizadas em seu ensino superior.

Consideremos, então, agora, a segunda característica da concepção hegemônica: a tese de que a tradição filosófica ocidental teria se desenvolvido de modo contínuo e ininterrupto da Grécia até os dias de hoje. Também a esse respeito, pode-se mostrar que a concepção hegemônica se baseia uma profunda ignorância da constituição histórica dessa tradição, e de um *ocultamento do papel que culturas não-ocidentais tiveram na sua constituição*. Afinal, segundo essa concepção hegemônica, a tradição filosófica ocidental seria caracterizada por essa *continuidade ininterrupta* desde a Grécia até os dias de hoje, e as contribuições feitas a ele teriam vindo, sobretudo, dos desenvolvimentos internos da cultura “ocidental”. A falsidade dessa continuidade ininterrupta, porém, já se mostraria patente pelo papel que a filosofia islâmica e a filosofia no mundo islâmico de modo geral tiveram para o desenvolvimento da própria filosofia ocidental, não apenas (segundo a interpretação eurocentrista) por terem transmitido traduções das obras de filósofos gregos para a Europa latina medieval, mas porque contribuíram de modo decisivo para o debate filosófico desenvolvido a partir desse diálogo com a tradição grega e formularam conceitos e distinções conceituais decisivas que permaneceriam relevantes para a filosofia e para o seu desenvolvimento histórico até os dias de hoje.¹³ De fato, por mais de 8 séculos, foi no mundo islâmico que a filosofia encontrou seu principal solo para florescimento, e só graças ao mundo islâmico que o resgate da filosofia grega se tornou posteriormente possível na Europa Medieval. Acreditar, assim, que a tradição filosófica ocidental se desenvolveu de modo contínuo e ininterrupto, é ignorar, como foi e é frequentemente feito nos manuais de filosofia, mais de 8 séculos de história (o que leva a essa típica e tragicômica transição, nos manuais de filosofia, de Santo Agostinho e a Tomás de Aquino, como se nada mais de relevante tivesse

12 Introdução e Cap. I.

13 Cf. a esse respeito, por exemplo, Attie (2016); Iskandar (2016-2011); Adamson (2015-2016).

acontecido na filosofia nesse interim) e acreditar, ingenuamente, que a cultura e filosofia islâmica (e não apenas islâmica, mas também judaica, uma vez que ela também é constitutiva da história do mundo islâmico e de seus desenvolvimentos filosóficos) não tiveram nenhuma relevância e não interferiram de nenhum modo significativo na maneira com que a tradição filosófica grega foi recebida pelos europeus medievais e apropriada por eles.

Esse exemplo, porém, ao mesmo tempo, permite-nos mostrar a falsidade da terceira característica da concepção hegemônica da filosofia ocidental, a saber: a sua suposta “pureza”. Tal concepção ignora não apenas a contribuição da filosofia no mundo islâmico, mas também os diversos momentos ao longo da história e da história da filosofia em que o contato com ideias e tradições de outras culturas desempenhou um papel fundamental nos rumos tomados pela filosofia no próprio ocidente: pense-se, por exemplo, na viagem de Pirro à Índia (Cf. Flintoff, 1980; Kuzminski, 2008), ou na influência que o contato com a cultura e pensamento chinês teve na filosofia alemã moderna, ou o papel decisivo que o contato com a cultura indiana e com algumas de suas correntes filosóficas teve no pensamento alemão do séc. XIX, sobretudo no Romantismo (Cf. Signoracci, 2017, I-II). E isso, naturalmente, apenas para citar alguns exemplos, os mais claros e incontroversos, quando seria possível citar ainda outros; de qualquer forma que seja, torna-se cada vez mais insustentável pensar que a tradição filosófica ocidental possa ser compreendida como sendo tão unitária, contínua e “pura” quanto se foi levado a crer.

Para além disso, e não menos importante, a ideia da continuidade dessa concepção também parte de um outro pressuposto extremamente questionável: o de que, apesar das diferenças particulares entre filósofos em suas definições de filosofia, haveria, ainda assim, uma dimensão, um conceito universal *do que é e do que significa fazer filosofia* que teria permanecido o mesmo ao longo da história e que, precisamente por isso, permitiria pensar a tradição filosófica ocidental como uma única tradição completamente contínua. É isso, com efeito, que Werle parece ter em mente, ao dizer que

O conceito de filosofia é determinado por esse processo e não por uma ideia ou posição particular de uma determinada filosofia sobre o que é a filosofia, muito embora cada uma das filosofias contribua, em sua particularidade, com uma nova definição para a consolidação e revigoramento do processo como um todo. O universal e o particular se complementam (Werle, 2021, p. 138).

Ora, esse pressuposto, porém, ele mesmo, demonstra o que nos parece ser uma profunda falta de consciência histórica. Isso porque, para se definir o que seria característico e “universal” nesse conceito de filosofia, recorre-se a maneiras de compreendê-lo que são eminentemente modernas e que são anacronicamente projetadas no modo com que se entendia e praticava a filosofia no passado. De fato, parece-nos que é possível extrair desse “conceito” de filosofia da visão hegemônica

os seguintes traços constitutivos: 1) A filosofia é uma atividade “puramente teórica”, tal como afirmado por Husserl (1970), de modo que o seu trabalho gira, antes e sobretudo, em torno da formulação de conceitos, visando apenas à compreensão o mundo, e não a nenhuma finalidade espiritual ou religiosa 2) A filosofia seria caracterizada pela crítica e autocrítica, o que, novamente, a distinguiria da religião, que seria, em contrapartida, fundamentalmente dogmática.

Ora, cada vez mais, parece haver boas razões para duvidar que a filosofia tenha sido sempre feita e compreendida como uma atividade “puramente teórica”, desvinculada de finalidades espirituais, religiosas ou soteriológicas. Graças aos trabalhos, por exemplo, de Pierre Hadot (2004) e a sua interpretação da filosofia antiga como modo de vida, impõe-se a questão sobre se, afinal, a compreensão da filosofia como “pura teoria” não seria um produto de um contexto histórico particular, que seria projetada anacronicamente para toda a história da filosofia como se ela sempre tivesse sido compreendida e praticada desse modo.¹⁴ Se é verdade, tal como defende Hadot, que, para os filósofos antigos, a filosofia era, antes de tudo, não um discurso ou uma modalidade de discurso, mas sim um *modo de vida*, caracterizado por um conjunto de *exercícios espirituais* (Cf. Hadot, 2014) que visam à *transformação integral* do indivíduo, então, não apenas não faz sentido pensar que a história da filosofia compreenda apenas o modo “puramente teórico” de fazê-la, como também não se justifica supor que a oposição entre filosofia e religião teria sido sempre característica da autocompreensão dos filósofos. De fato, não parece haver nenhuma boa razão para acreditar que, para os filósofos gregos antigos, era decisivo operar uma demarcação clara entre filosofia e religião – o que não quer dizer, é claro, que não se encontre na filosofia grega uma *crítica às formas tradicionais de religião*, mas não uma exigência de separar, de modo unívoco, o que pertenceria ao domínio do religioso e ao que pertenceria ao domínio do filosófico, como se a um coubesse o “dogma” e a “salvação” e, ao outro, o “conhecimento puro”. Certamente, pode-se criticar a interpretação de Hadot da filosofia antiga, e defender a caracterização “puramente teórica” da filosofia; o que importa aqui para nós, porém, é mostrar como é ingenuidade supor como um “dato autoevidente” que esse conceito da filosofia como atividade puramente teórica possa, de fato, abarcar todos os modos e formas de fazer filosofia ao longo da história, sem submeter essa suposição a um exame mais profundo. Nesse sentido, é irônico que Werle sugira que o uso que Ferraro faz do termo “ontologia” é anacrônico, e não se questione sobre os possíveis anacronismos de seu próprio conceito de filosofia – ignorando, inclusive, que os próprios filósofos pré-socráticos não se autodenominavam como filósofos, uma vez que a palavra nem mesmo existia à sua época (Cf. Hadot, 2004, p.

14 Uma exposição mais detalhada de nossa compreensão da concepção de Hadot da filosofia como modo de vida, assim como do conceito de sabedoria que corresponderia a ela, pode ser encontrada em Machado (2024). Para uma introdução à bibliografia mais recente e sobre o tema da filosofia como modo de vida, cf. Testa; Faustino (org.) (2022) e Faustino e Telo (2024).

35-36; Sassi, 2025, p. 14). Ora, não queremos com isso descartar de imediato que se possa chamar os pensadores pré-socráticos de filósofos; mas, se, ao fazê-lo, usamos uma palavra que não existia originalmente no contexto deles, e, ao mesmo tempo, consideramos que seja um termo adequado para descrevê-los, então, por que não poderíamos fazer o mesmo em relação ao uso do termo filosofia e termos correlatos (como “epistemologia” e “metafísica”) para descrever as tradições de pensamento presentes em outras culturas, apesar da ausência desses termos em seus contextos, e levando em conta, ademais, a existência de termos que desempenhavam uma função semelhante nessas culturas? (Cf. Ganeri, 2017, p. 9-11).

Podemos ver, aqui, como a concepção hegemônica da filosofia opera segundo uma lógica de “dois pesos, duas medidas”, onde apenas aqueles que não aderem à concepção hegemônica correriam o risco de incorrer em anacronismos, enquanto aqueles que aderem a tal concepção não correriam semelhante risco, apesar de projetarem, na sua compreensão da história da filosofia, termos profundamente carregados, tal como a própria ideia de “Ocidente” ou de “ocidental”, que só começaram a ser empregados de maneira prevalente no séc. XX (Cf. Miller, 2023). Quanto risco não se incorre aqui, então, de anacronismo, ao conceber a história da filosofia em termos da “história da filosofia *ocidental*”? (Cf. Miller; Cantor, 2023). Que risco não se corre aqui ao conceber retrospectivamente Tales como “o primeiro dos filósofos”, sendo que isso não apenas implica o uso “anacrônico” do termo “filosofia”, mas, possivelmente, também decorre de uma interpretação equivocada de Aristóteles, que teria dito apenas que Tales foi o primeiro filósofo *natural*, e não o primeiro filósofo *tout cort* (Cf. Cantor, 2022)? O quanto se refletiu seriamente, nesse contexto, sobre a possibilidade de se estar projetando no passado da filosofia formas de compreendê-la e fazê-la tipicamente modernas, de modo que projetaria problemas e questões para esse passado que não pertenceriam a ele (como o da oposição estrita entre religião e filosofia)?

A mesma lógica de dois pesos, duas medidas está em jogo quando Werle sugere que as motivações para falar de filosofias não-ocidentais hoje se baseariam sobretudo em questões de “militância”, que não teriam a ver com uma compreensão rigorosa e imparcial da área. Ora, sem dúvida há questões de ordem ideológica e política que motivam o esforço de defender a concepção da filosofia como não sendo exclusivamente “ocidental”. No entanto, se Werle é capaz de reconhecer que os próprios filósofos não deixam de ser influenciados por tais questões, isso deveria leva-lo também à conclusão que tais questões *sempre desempenharam um papel na compreensão do que seja a filosofia*, levando sempre a enviesamentos. Nesse sentido, só poderia ser, novamente, de uma ingenuidade gigantesca supor que aqueles que se esforçaram por defender a concepção da filosofia como sendo exclusivamente ocidental não tivessem uma agenda política e ideológica clara à época em que o fizeram, que influenciou de maneira decisiva a sua compreensão da filosofia e de sua

história – uma agenda, ademais, de fato inseparavelmente atrelada aos desígnios do colonialismo europeu dos sécs. XVIII e XIX. De fato, Werle parece não reconhecer que não há postura mais ideológica do que a *negar qualquer enviesamento ideológico na sua própria posição* – que a operação da ideologia, por excelência, é a de *ocultar-se*, de *negar que seja ideologia*. Como nos lembra Chauí:

Um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas e a capacidade que elas possuem (ou não) de explicar a realidade que as provocou (Chauí, 2025, p. 14-15).

Mais do que isso: podemos dizer que é a ideologia *em sentido estrito* que se encontra por trás da concepção hegemônica da história da filosofia, se, por ideologia, não devemos simplesmente compreender o que é na verdade um *ideário*, um “conjunto sistemático e encadeado de ideias”, mas sim um “ideal histórico, social e político que oculta a realidade, que esse ocultamente é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política” (Chauí, 2025, p. 10). Afinal, como mostramos, a origem da concepção hegemônica da filosofia é inseparável do contexto histórico do colonialismo europeu e do ideário mobilizado para justificar e manter a sua relação de dominância em relação aos povos colonizados. Assim, ao assumir que a concepção hegemônica da filosofia sempre foi a predominante ao longo de toda a história, Werle permite *velar a origem ideológica dessa concepção* em um contexto histórico específico, movido por agendas políticas e ideológicas particulares, e, na verdade, antes de adotar uma posição isenta de ideologia, torna-se refém de uma ideologia que não consegue reconhecer como tal.

É importante notar aqui, porém, que, com isso, não estou querendo defender uma espécie de “relativismo selvagem”, como se, já que toda posição sobre o tema seja necessariamente influenciada por um viés ideológico ou ao menos por um “ideário”, então, todas elas seriam equivalentes e só teríamos diante de nós, então, uma espécie de “batalha ideológica”. Muito pelo contrário, acredito, aderindo a um certo ideal de filosofia que creio ser compartilhado com Werle, que podemos chegar a certas conclusões onde o que predomina é o compromisso com a verdade, e não com enviesamentos próprios. Penso, porém, que é justamente a atribuição de viés ideológico, por parte de Werle, apenas àqueles que “militam” por uma concepção da filosofia distinta da hegemônica, que faz com que a sua posição seja, ela mesma, a mais enviesada por ideologia, a menos embasada em um compromisso com o estudo e conhecimento sério do tema, já que, mais uma vez, suas afirmações baseiam-se em leituras extremamente rasas e em um referencial de senso comum sobre o que sejam as outras tradições distintas da “ocidental”, assim como em um desconhecimento das origens de sua própria concepção de filosofia. Isso faz com que ele trate de modo tipicamente ideológico sua compreensão da filosofia, ou seja, como uma

espécie de verdade eterna sobre a filosofia, que “sempre foi assim” e “sempre será assim”. E, mais uma vez, certamente, isso não é verdade apenas de Werle, dado que, novamente, ele só está dando voz ao que é a postura geral daqueles que defendem a concepção hegemônica de filosofia.

Considerações Finais

Com isso podemos retornar à pergunta que propomos no fim da última seção deste texto: *como é possível que vejamos sistematicamente pesquisadores que demonstram rigor acadêmico exemplar em suas áreas de especialidade não demonstrarem o mesmo rigor ao tratar do tema da origem da filosofia e de afirmações sobre outras tradições que eles não estudaram?*

Vemos que a resposta a essa pergunta pode ser sintetizada em uma única palavra: ideologia. Mais especificamente, se especialistas renomados são capazes de mostrar tão pouco rigor acadêmico na discussão sobre a origem da filosofia, isso se deveria ao fato de reproduzirem, irrefletidamente, a concepção da filosofia e de sua história que lhes foi passada pela sua formação, na qual se transmite uma visão da história da filosofia que conseguiu, graças a sua institucionalização, naturalizar-se como uma “verdade eterna e autoevidente” acerca da filosofia, ocultando o seu viés ideológico e deixando-o velado precisamente para aqueles que foram formados segundo ela.

Esse velamento, porém, é profundamente prejudicial para a filosofia, pois faz que eternizemos uma visão sobre ela profundamente desatualizada e parada no tempo, de modo que não permite, inclusive, que a assim chamada tradição filosófica “ocidental” faça aquilo que, segundo o próprio Werle, ademais, é constitutivo de uma tradição desse tipo: *renovar-se e desenvolver-se*, adquirindo novas formas e contornos graças às novas contribuições históricas que são feitas a essa tradição. De fato, se próprio Werle reconhece que estamos em um momento em que a compreensão do que seja a filosofia esteja mudando, e novas formas de pensamento estejam surgindo, isso deveria levar também à compreensão de que, nesse processo de transformação constante da tradição, não é apenas a compreensão que ela tem de si mesma hoje que muda: é, também, fundamentalmente, *a compreensão que tem do seu passado, de sua história e do que é constitutivo da atividade filosófica* (e, portanto, de quem a teria realizado).

Seria, mais uma vez, de uma tremenda ingenuidade supor que a compreensão que a concepção hegemônica da filosofia traz sobre a tradição ocidental é uma espécie de verdade eterna sobre ela, e não produto, justamente, da compreensão que ela formou de si mesma em um determinado momento histórico, compreensão que, por outro lado, está sempre sujeita à constante transformação. E, nesse momento, aferrar-se à concepção hegemônica da filosofia, na qual fomos formados e a qual por muito tempo não questionamos, é, a meu ver, prestar um desserviço à própria

filosofia, uma vez que é manter fora do debate as incríveis contribuições em termos de argumentos, conceitos, cosmologias e modos de vida que tradições não-ocidentais trazem consigo e que, cada vez mais, mostram ter um papel fundamental para refletirmos filosoficamente sobre o nosso tempo e sobre os impasses que lhe são próprios. De modo que prejudicial à própria “tradição filosófica ocidental” crer que ela tenha que se aferrar à compreensão de si como “exclusiva, contínua e pura”, parando no tempo e ignorando todos os novos conhecimentos que surgem, tanto sobre as origens e história da tradição filosófica “ocidental”, quanto de outras tradições.

Diante de tudo isso, gostaríamos de concluir com um único apontamento: está na hora de reconhecermos que, de fato, o rei está nu. Aqueles que defendem a concepção hegemônica da filosofia, se acreditam ainda, por que razão que seja, necessário fazê-lo, não podem mais se apoiar em uma visão de senso comum e em um estudo superficial sobre o tema. Antes, tal como fazem com as suas próprias áreas de pesquisa, se acreditam ser importante defender a sua visão sobre o tema, então, *devem se aprofundar no estudo acadêmico e rigoroso sobre ele, e não em seu senso comum e na visão sobre o tema que receberam de sua formação e que reproduzem sem submeter a um escrutínio rigoroso*. Não é admissível mais aqui tratar esse assunto como o próprio Werle faz em seu artigo, como se fosse apenas um tema de conversa informal que não carecesse da menção a fontes, do fornecimento de evidências, do conhecimento sobre o tema para além do senso comum. Se essas pessoas têm fontes para defender suas visões, então, que não mais o afirmem e se dispensem de fornecê-las, porque é isso, justamente, que priva do escrutínio, da crítica, da avaliação dessas mesmas fontes em sua pertinência. Se, porém, carecem de fontes e não se debruçaram mais demoradamente sobre o tema, nesse caso, porque não proceder como se procede, de resto, em áreas de estudo acadêmico que não são a nossa especialidade, e, simplesmente, *não se pronunciar* sobre o tema? Não podemos esquecer que, apesar da reprodução da concepção hegemônica da filosofia fazer com que ela pareça como uma espécie de verdade eterna, *ela é uma tese de natureza história e filosófica extremamente carregada*, que exigiria um grande esforço e uma grande erudição para ser defendida de maneira minimamente consistente. Se digo que há cisnes não apenas em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro, basta que eu encontre um cisne no Rio para provar minha tese; se porém, defendo que *não há cisne algum no Rio de Janeiro*, então, nesse caso, preciso *procurar por toda a cidade e constatar, depois de um exame exaustivo, tal ausência*. Defender de forma consistente que não há filosofia em outras tradições, de modo semelhante, exigiria um conhecimento amplo e profundo de outras culturas, que em geral, aqueles que defendem a concepção hegemônica de filosofia carecem.

Assim, diante do desafio que se impõe àqueles que adotam a concepção hegemônica de filosofia, caberia também a pergunta sobre, por que, mesmo quando

não estudaram a fundo outras tradições, mesmo quando não estão cientes da *história da própria história da filosofia* (ou seja, de como chegamos a fazer e compreender a história da filosofia como o fazemos hoje), sentem uma necessidade tão grande, ainda, de insistir nessa concepção, de reafirmá-la e defendê-la com tanto afinho. A minha suspeita é que a resposta, mais uma vez, será, simplesmente, ligada ao sentido ideológico que tal tese desempenha, em primeiro lugar, na nossa visão de mundo, de forma mais geral, operando dentro do imaginário dicotômico, moderno e orientalista de Ocidente X Oriente, e em segundo lugar, em nossa formação acadêmica na filosofia, sendo transmitida como uma espécie de “consenso acadêmico” que nos fornece segurança sobre nosso domínio, que nos poupa de termos que rever as ideias em que fomos formados e repensar, então, a nossa própria área, e que nos preserva de sermos questionados pelos nossos colegas em nossa seriedade por discutirmos tal “tabu”. Qualquer que seja a resposta, porém, está na hora de tirarmos o véu da ilusão de que é a necessidade de rigor acadêmico e de conhecimento histórico da filosofia que leva, necessariamente, à conclusão de que ela tenha sua origem apenas na Grécia. Se é para termos um diálogo verdadeiramente aberto sobre o tema, isso só será possível quando sairmos do domínio do senso comum e formos capazes de explicitar, rigorosamente, quais são as fontes que temos e em que nos baseamos para sustentar as nossas posições sobre o tema. Não é mais admissível é abordar esse tema como se ele pudesse ser tratado simplesmente como um tema de bar, onde conversamos segundo nosso senso comum sem necessidade nenhuma de um estudo mais fundo para se falar com propriedade a seu respeito. Insistir em fazê-lo seria, ademais, ir contra aquilo que, de outra forma, a formação em filosofia deveria levar: à reflexão crítica, séria, com base em fontes, e ao questionamento sobre a evidência disponível para se sustentar toda e qualquer tese, não importa o quanto ela possa parecer, da perspectiva do senso comum, autoevidente. Enquanto continuarmos a simplesmente reproduzir a concepção hegemônica da filosofia como autoevidente, estaremos, a meu ver, agindo da maneira mais anti-filosófica possível, reproduzindo as ideias que nos foram passadas por nossa formação e repetidas até se naturalizarem sem nos questionarmos sobre elas e sem submetê-las a escrutínio. Honremos, então, o *legado da filosofia*, nos permitindo sempre, de forma crítica e autocrítica, *discutir e repensar a nossa compreensão sobre a filosofia, sua história e suas origens*.

Referências Bibliográficas

- ADAMSON, Peter. (2015). *Philosophy in the Islamic World: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- ADAMSON, Peter. (2016). *Philosophy in the Islamic World: A History of Philosophy Without Any Gaps*, v. 3. Oxford: Oxford University Press.
- ARNAU, Juan. (2008). *A arte de provar: ironia e lógica em Índia Antiga*. Madrid: Fondo de Cultura Económica de España.
- ATTIE, Miguel. (2016). *Falsafa: a filosofia entre os árabes*. São Paulo: Attie Produções.
- BUENO, André; CABRAL, Pedro Regis (org.). (2023). *Textos selecionados de filosofia chinesa*, v. II. Pelotas: Editora UFPel.
- BUENO, André; MENEZES JR., Antônio José Bezerra; CRUZ, Erasto Santos (org.). (2023). *Textos selecionados de filosofia chinesa*, v. III. Pelotas: Editora UFPel.
- CANTOR, Lea. (2022). “Thales – the ‘first philosopher’? A troubled chapter in the historiography of philosophy”. In: *British Journal for the History of Philosophy*, 30(5), p. 727-750.
- CHATTERJEE, Amita. (2021). “Naturalism in Classical Indian Philosophy”, In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2021 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/win2021/entries/naturalism-india/>>.
- CHATTOPADHYAYA, Debiprasad. (1959). *Lokāyata: A Study in Ancient Indian Materialism*. New Delhi: People’s Publishing House.
- CHAUÍ, Marilena. (2000). *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática.
- CHAUÍ, Marilena. (2025). *Ideologia*. São Paulo: Boitempo.
- CORDERO, Néstor Luis. (2011). *A invenção da filosofia*. Tradução: Eduardo Wolff. São Paulo: Odisseus Editora.
- COSTA, Matheus Oliva da. (2023). “O Naturalismo Epistemológico do Filósofo Xun”. In: *Oriente 23: Estudos Chineses*. Rio de Janeiro, Proj. Orientalismo/ UERJ.
- COSTA, Matheus Oliva da (org.). (2022). *Textos selecionados de filosofia chinesa*, v. I. Pelotas: Editora UFPel.
- DAVIS, Bret W. (2025). “The German Genesis of Philosophical Euromonopolism”. In: *Orders of Knowledge in Philosophy: Critical Assessments*. Hildesheim: Universitätsverlag Hildesheim.
- EBERFELD, Ralf. (2025). “How Philosophy Became Exclusively European in Eighteenth- and Nineteenth-Century Germany and How It Opened up Again in the Twentieth Century. A Metaphilosophical Reflection”. In: *Orders of Knowledge in Philosophy: Critical Assessments*. Hildesheim: Universitätsverlag Hildesheim.
- FAUSTINO, Mário; TELO, Hélder. (2024). *Hadot and Foucault on Ancient Philosophy: Critical Assessments*. Leiden/Boston: Brill.

- FLINTOFF, Everard. (1980). "Pyrrho and India". In: *Phronesis*. v. 25, n. 1. Leiden: Brill.
- GANERI, Jonardon. (2017). "Introduction: Why Indian Philosophy? Why Now?" In: *The Oxford Handbook of Indian Philosophy*. Oxford: Oxford University Press.
- GILLON, Brendan. (2024). "Logic in Classical Indian Philosophy". In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2024 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2024/entries/logic-india/>>.
- HADOT, Pierre. (2014). *Exercícios espirituais*. Tradução: Flavio Fontenelle Loque e Loraine Oliveira. São Paulo: É Realizações.
- HADOT, Pierre. (2004). *O que é a filosofia antiga?* Tradução: Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. (2003). *Fenomenologia do Espírito*. Tradução: Paulo Menezes. Petrópolis: Editora Vozes.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. (1995). *Introdução às lições sobre a história da filosofia*. Tradução: José Barata-Moura. Porto: Porto Editora.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. (2023). "Sobre o Episódio do Mahabharata conhecido como Bhagavad-Gita, de Wilhelm Von Humboldt". Tradução: Nina Auras, Revisão Técnica Lucas Machado. In: *Revista Estudos Hegelianos*, v. 20, n. 36, p. 205-254.
- HUSSERL, Edmund. (1970). *The Crisis of European Sciences and Transcendental Phenomenology*. Evanston: Northwestern University Press.
- ISKANDAR, Jamil Ibrahim. (2026). "Al-Kindí e a formação da filosofia no mundo islâmico". ISKANDAR, Jamil Ibrahim; PAIVA, Rita. (Org.). *Filosofemas II - Arte, ciência, ética e existência, política, religião*. São Paulo: Editora UNIFESP.
- ISKANDAR, Jamil Ibrahim. (2011). *Compreender Al-Farabi e Avicena*. Petropolis: Editora Vozes.
- KUZMINSKI, Adrian. (2008). *Pyrrhonism: How the Ancient Greeks Reinvented Buddhism*. Lanham: Lexington Books.
- MACHADO, Lucas Nascimento. (org). (2023). "Hegel de uma perspectiva intercultural: Hegel e a Índia". In: *Revista Eletrônica Estudos Hegelianos*, v. 20, n. 36., 2023.
- MACHADO, Lucas Nascimento. (2024). "To Know is to Be - Wisdom in Philosophy as a Way of Life and its Implications to our Understanding of Knowledge". In: *Eidos*, v. 8, p. 43-67.
- MILLER, Josh Platzky. (2023). "From the 'History of Western Philosophy' to entangled histories of philosophy: the *Contribution* of Ben Kies". In: *British Journal for the History of Philosophy*, 31(6), 1234-1259.
- MILLER, Josh Platzky; CANTOR, Lea. (2023). "The Future of the History of Philosophy". In: *The Philosopher*, v. 11, n. 1.

- MONTEIRO, Joaquim. (org.). (2023). *Textos selecionados de filosofia chinesa*, v. IV. Pelotas: Editora UFPel.
- NICHOLSON, Andrew. (2014). *Unifying Hinduism: Philosophy and Identity in Indian Intellectual History*. New York: Columbia University Press.
- NOGUERA, Renato. (2014). *O ensino de filosofia e a Lei 10.639*. Rio de Janeiro: Pallas.
- PARK, Peter. (2013). *Africa, Asia and the History of Philosophy: Racism in the Formation of the Philosophical Canon, 1780-1830*. Albany: Suny Press.
- PHILIPS, Stephen; VAIDYA, Anand. (2024). "Epistemology in Classical Indian Philosophy". In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2024 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2024/entries/epistemology-india/>>.
- RABOSSI, Eduardo. (2009). *En el comienzo Deus creo el Canon: Biblia Berolinensis*. Barcelona: Gedisa.
- SASSI, Maria Michela. (2025). *Os inícios da filosofia na Grécia*. São Paulo: Todavia.
- SIGNORACCI, Gino. (2017). *Hegel on Indian Philosophy: Spinozism, Romanticism, Eurocentrism*. New Mexico: UNM Digital Repository.
- TESTA, Frederico; FAUSTINO, Marta. (org.). (2022). *Filosofia como modo de vida: Ensaios Escolhidos*. Coimbra: Edições 70.
- VAN NORDEN, Bryan W. (2018). *Introdução à filosofia chinesa clássica*. Petrópolis: Editora Vozes.
- WANG, Robin. (2024). *Yinyang – O caminho do céu e da terra no pensamento e na cultura chinesa*. Campinas: Editora Phi.
- WERLE, Marco Aurélio. (2021). "A especificidade da filosofia ocidental europeia diante da filosofia oriental ou africana". In: *Pensamento e Realidade*. Porto Alegre: Editora Fi.
- WILLMAN, Marshal. (2022). "Lógica e Linguagem na Filosofia Chinesa Antiga". In: *Textos selecionados de filosofia chinesa*, v. I. Tradução: Lucas Nascimento Machado. Pelotas: Editora UFPel.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.